

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONSTITUIÇÃO. CONSTITUCIONALISMO. CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES.....	31
1.1 Constitucionalismo	31
1.2 Conceito de Constituição.....	31
1.3 Classificação das Constituições	36
2. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	39
2.1 Princípios e regras constitucionais	39
2.2 Razoabilidade e Proporcionalidade	40
2.3 Interpretação Constitucional.....	41
2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à aplicabilidade	42
3 PODER CONSTITUINTE. ORIGINÁRIO. DERIVADO. DECORRENTE.....	63
3.1 Poder Constituinte Originário	63
3.2 Poder Constituinte Derivado	64
4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	66
4.1 República	66
4.2 Federação	66
4.3 Estado democrático de direito	67
4.4 Fundamentos.....	67
4.5 Organização dos poderes	68
4.6 Objetivos fundamentais	68
4.7 Princípios que regem as relações internacionais	68
5. DIREITOS FUNDAMENTAIS	69
5.1 Considerações iniciais.....	69
5.2 Classificação	69
5.3 Características	70
5.4 Direitos individuais e coletivos do artigo 5º da CRFB/88	71
5.5 Direitos individuais e coletivos em espécie	73
5.6 Análise dos incisos do artigo 5º da CRFB/88	73
6. DOS DIREITOS SOCIAIS	96
6.1 Considerações iniciais.....	96
6.2 Histórico dos Direitos Sociais	97
6.3 Direitos Sociais na Constituição.....	97
7. DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE	105
7.1 Direitos de nacionalidade – considerações iniciais	105
7.2 Modos de aquisição da nacionalidade	106
7.3 Direito de nacionalidade brasileira.....	103
7.4 Tratado de reciprocidade com Portugal.....	109
7.5 Condição jurídica do brasileiro nato e do brasileiro naturalizado.....	109
7.6 Perda da nacionalidade brasileira	111
7.7 Situação do estrangeiro no país	112
7.8 Símbolos do estado brasileiro	112

8. DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS	112
9. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	115
9.1 Considerações iniciais.....	115
9.2 Controle difuso de constitucionalidade	116
9.3 Controle concentrado de constitucionalidade	119
9.4 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	125
9.5 Ação direta interventiva	125
9.6 Ação declaratória de constitucionalidade	126
9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental	127
10. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	130
10.1 Considerações iniciais: o federalismo	130
10.2 Características da forma federal de Estado.....	131
10.3 Organização político-administrativa do estado brasileiro.....	131
10.4 União Federal	134
10.5 Estados federados	134
10.6 Distrito Federal	136
10.7 Municípios	137
10.8 Repartição constitucional de competências.....	139
10.9 Da intervenção	146
11. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	148
11.1 Considerações iniciais.....	148
11.2 Poder Legislativo	149
11.3 Poder Executivo	164
11.4 Poder Judiciário	172
12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, DA ADVOCACIA E DA DEFENSORIA PÚBLICA, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.	188
12.1 Ministério Público	188
12.2 Advocacia e Defensoria Pública.....	193
12.3 Advocacia Pública	193
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	194
14. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	199
14.1 Dos princípios	199
14.2 Intervenção do Estado na economia.....	199
14.3 Da Política Urbana	201
14.4 Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	202
14.5 Do Sistema Financeiro Nacional	203
RELAÇÃO DE SÚMULAS VINCULANTES	212
QUESTÕES COMENTADAS	215

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS	235
1.1 Princípio da Legalidade	235
1.2 Princípios da Impessoabilidade.....	235
1.3 Princípio da Moralidade	236
1.4 Princípio da Publicidade.....	236
1.5 Princípio da Eficiência	237

2 PODERES ADMINISTRATIVOS	238
2.1 Introdução.....	238
2.2 Do uso e abuso de poder	238
2.3 Poder Vinculado	238
2.4 Poder Discricionário	239
2.5 Poder Hierárquico	239
2.6 Poder Disciplinar	240
2.7 Poder Normativo ou Regulamentar	240
2.8 Poder de Polícia.....	241
3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	243
3.1 Organização Administrativa Brasileira	244
3.2 Administração Direta	244
3.3 Administração Indireta.....	245
3.4 Entidades Paraestatais, entes de cooperação ou terceiro setor	251
4 SERVIÇOS PÚBLICOS	252
4.1 Conceitos.....	252
4.2 Princípios Específicos	253
4.3 Concessão de Serviços Públicos	254
4.4 Permissão de serviços públicos.....	257
4.5 Autorização de serviços públicos	258
5 ATOS ADMINISTRATIVOS	258
5.1 Atributos dos Atos Administrativos	259
5.2 Requisitos (elementos) dos Atos Administrativos.....	260
5.3 Classificação dos Atos Administrativos	261
5.4 Espécies de Atos Administrativos.....	262
5.5 Da Invalidação dos Atos Administrativos	263
5.6 Convalidação dos Atos Administrativos	265
6 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	265
6.1 Teoria da Responsabilidade Objetiva	266
6.2 Elementos Constitucionais da Responsabilidade Civil do Estado.....	266
6.3 Indenização e meios de reparação do dano.....	268
6.4 Excludentes de Responsabilidade	268
6.5 Direito de Regresso	268
7 BENS PÚBLICOS	269
7.1 Afetação e Desafetação	270
7.2 Regime Jurídico	270
7.3 Aquisição dos Bens Públicos	270
7.4 Alienação dos Bens Públicos	271
8 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	272
8.1 Formas de intervenção.....	272
9 LICITAÇÃO	278
9.1 Introdução.....	278
9.2 Princípios Específicos	279
9.3 Obrigatoriedade da Licitação	280
9.4 Inexigibilidade de Licitação	280

9.5	Dispensa de Licitação	280
9.6	Modalidades de Licitação.....	281
9.7	Procedimento adotado pela Lei nº 8.666/93.....	282
9.8	Procedimento adotado pela Lei nº 10.520/02.....	284
9.9	Anulação e Revogação da Licitação	284
10	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	285
10.1	Características	285
10.2	Duração e Prorrogação Contratual	287
10.3	Extinção Contratual.....	288
11	AGENTES PÚBLICOS	289
11.1	Agentes Públicos	289
11.2	Classificação dos Agentes Públicos	290
11.3	Classificação dos Cargos Públicos Quanto ao Provimento.....	291
11.4	Formas de Provimento de Cargos Públicos.....	292
11.5	Acessibilidade a Cargos, Empregos e Funções	294
11.6	Formas de Vacância de Cargos Públicos	296

DIREITO CIVIL

1.	INTRODUÇÃO – SISTEMÁTICA DO CÓDIGO	301
2.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PRIVADO	301
2.1	Breves noções gerais de princípios	301
2.2	Princípio da dignidade da pessoa humana	302
2.3	Princípio da autonomia	303
2.4	Princípio da boa-fé	303
2.5	Princípio da solidariedade	305
2.6	Princípio da função social.....	305
2.7	Princípios norteadores do Código Civil.....	307
3.	RELAÇÃO JURÍDICA.....	309
3.1	Direito subjetivo	309
3.2	Direito objetivo.....	309
3.3	Elementos da relação jurídica	309
4.	PESSOAS E DIREITOS DE PERSONALIDADE	310
4.1	Premissas básicas	310
4.2	Personalidade e capacidade	311
4.3	Cessação da incapacidade	312
4.4	Começo da personalidade natural	314
4.5	Extinção da personalidade natural	314
4.6	Direitos da personalidade	315
4.7	Ausência	317
4.8	Pessoa jurídica.....	319
5.	TEORIA GERAL DOS FATOS JURÍDICOS: (ARTS. 104 A 188, CÓDIGO CIVIL).....	325
5.1	Suporte fático	325
5.2	Fato jurídico.....	325
5.3	Ato jurídico (art. 185, CC.).....	326

5.4 Ato-fato jurídico	326
5.5 Atos jurídicos <i>lato sensu</i>	327
5.6 Ato jurídico	328
5.7 Negócio jurídico.....	328
5.8 Fatos jurídicos em geral.....	329
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	336
6.1 Distinção	336
6.2 Prescrição	336
6.3 Decadência	340
6.4 Quadro comparativo	341
7. OBRIGAÇÕES.....	342
7.1 Influência de um princípio geral no direito das obrigações	342
7.2 Conceito	343
7.3 Elementos.....	343
7.4 Fontes das obrigações	343
7.5 Classificação das obrigações.....	344
7.6 Transmissão das obrigações.....	346
7.7 Cessão de contrato	349
7.8 Teoria do pagamento	349
7.9 Da cláusula penal.....	352
7.10 Modos de extinção das obrigações	355
7.11 Do inadimplemento da obrigação contratual	360
8. DA RESPONSABILIDADE CIVIL	362
8.1 Introdução	362
8.2 Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	363
8.3 Pressupostos da responsabilidade civil.	365
8.4 Dolo e culpa. Distinção	369
8.5 Atividade de risco	375
8.6 Sistema de responsabilidade civil nas relações de consumo	376
9. CONTRATOS.....	379
9.1 Noção de contrato.....	379
9.2 Elementos característicos.....	379
9.3 Princípios norteadores dos contratos	381
9.4 Formação do contrato	383
9.5 Extinção dos contratos	385
9.6 Dos vícios redibitórios	389
9.7 Evicção.....	393
9.8 Contrato de compra e venda.....	397
9.9 Contrato de locação - lei nº 8.245/91	403
9.10 Da fiança	413
9.11 Contrato de seguro.....	418
9.12 Do Contrato de mandato.....	423
10. DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO (Comodato e Mútuo)	429
10.1 Do contrato de comodato.....	429
10.2 Contrato de mútuo	432

11. DIREITOS REAIS	435
11.1 Da conceituação.....	435
11.2 Dos direitos reais <i>versus</i> os direitos obrigacionais	436
11.3 Das obrigações <i>propter rem</i>	436
11.4 Dos caracteres dos direitos reais e dos direitos reais em espécie	436
11.5 Da classificação	437
11.6 Da posse	437
11.7 Do direito real de propriedade	442
11.8 Do direito real de superfície	448
11.9 Direito real das servidões.....	448
11.10 Direito real de usufruto.....	449
11.11 Do direito real de uso.....	450
11.12 Do direito real de habitação	451
11.13 Do direito real do promitente comprador do imóvel	451
11.14 Do direito real de penhor.....	451
11.15 Do direito real de hipoteca	453
11.16 Do direito real de anticrese	455
11.17 Da concessão de uso especial para fins de moradia e da concessão de direito real de uso	456
12. DIREITO DE FAMÍLIA	457
12.1 Do casamento	457
12.2 Da capacidade para o casamento e do processo de habilitação	457
12.3 Oposição dos impedimentos e das cláusulas suspensivas	461
12.4 Da celebração do casamento (Arts. 1.534 a 1.542 do Código Civil)	462
12.5 Causas de nulidade e anulação do casamento	463
13. ESPÉCIES DE CASAMENTO	464
13.1 Casamento por procuração (Arts. 1.535 a 1.542 do Código Civil)	464
13.2 Casamento putativo.....	464
13.3 Casamento noncupativo ou <i>in extremis</i> (Arts. 1.540 e 1.541 do Código Civil)	465
13.4 Casamento religioso com efeitos civis (Arts. 1.516 e 1.532 do Código Civil)	466
14. DIREITOS E DEVERES CONJUGAIS	467
15. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	467
15.1 Da separação judicial	468
15.2 Do divórcio.....	469
16. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	472
16.1 Da filiação.....	472
16.2 Reconhecimento da paternidades	473
16.3 Da adoção	477
17. PODER FAMILIAR	478
17.1 Conteúdo do poder familiar.....	479
17.2 Da extinção e da suspensão do poder familiar	479
18. REGIME DE BENS DO CASAMENTO	481
18.1 Princípios.....	481

18.2 Administração e disponibilidade dos bens	481
18.3 Pacto antenupcial	482
18.4 Regime da separação legal (obrigatória) de bens	482
18.5 Regime da comunhão parcial de bens ou limitada	482
18.6 Regime da comunhão universal de bens	483
18.7 Regime de participação final nos aquestos.....	483
18.8 Regime da separação convencional (absoluta) de bens	484
19. DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES.....	484
20. ALIMENTOS.....	485
20.1 Conceitos	485
20.2 Classificação	485
20.3 Características do direito a alimentos.....	486
20.4 Pressupostos da obrigação alimentar	486
20.5 Alimentos decorrentes da dissolução da união estável ou sociedade conjugal	487
21 BEM DE FAMÍLIA.....	488
22. UNIÃO ESTÁVEL.....	488
22.1 Requisitos para a união estável	489
23. TUTELA.....	490
23.1 Espécies de tutela	490
23.2 Exercício da tutela.....	491
24. CURATELA.....	493
25. DA SUCESSÃO EM GERAL.....	495
25.1 Princípio da <i>saisine</i>	495
25.2 Espécies de sucessão	495
25.3 Da herança e de sua administração	497
25.4 Da vocação hereditária	499
25.5 Da aceitação e da renúncia da herança	500
25.6 Dos excluídos da sucessão	502
25.7 Da herança jacente e da herança vacante	503
25.8 Da petição da herança	504
26. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	504
26.1 Os descendentes e a concorrência com o cônjuge sobrevivente	505
26.2 Os ascendentes e a concorrência com o cônjuge sobrevivente	506
26.3 O cônjuge sobrevivente	506
26.4 Os colaterais.....	507
26.5 Da legítima e da parte disponível	508
26.6 Cláusulas restritivas	508
27. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	509
27.1 Do testamento em geral	509
27.2 Da capacidade de testar.....	509
27.3 Das formas ordinárias e especiais de testamento	510
27.4 Dos codicilos	513

27.5 Das disposições testamentárias.....	513
27.6 Dos legados.....	515
27.7 Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	516
27.8 Das substituições	516
27.9 Da deserdação	518
27.10 Da redução das disposições testamentárias.....	518
27.11 Da revogação do testamento.....	519
27.12 Do rompimento do testamento.....	519
27.13 Do testamentário.....	520
28. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA.....	521
28.1 Inventariante.....	523
28.2 Processamento do inventário	524
28.3 Processamento do arrolamento sumário	525
28.4 Processamento do arrolamento comum	525
28.5 Dos sonegados	525
28.6 Do pagamento das dívidas.....	526
28.7 Da colação.....	527
28.8 Da partilha.....	528
28.9 Da garantia dos quinhões hereditários	530

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	533
1.1 Princípios informativos do processo civil	533
2. DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO.....	538
2.1 A jurisdição	538
2.2 A ação	539
3. SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL.....	542
3.1 Capacidade processual das partes e dos procuradores	542
3.2 Deveres das partes e dos procuradores	544
3.3 Responsabilidade das partes por dano processual	545
3.4 Despesas e multas	547
3.5 Procuradores	548
3.6 Substituição das partes e dos procuradores	549
3.7 Litisconsórcio	550
3.8 Assistência	552
3.9 Intervenção de terceiros	553
4. MINISTÉRIO PÚBLICO	556
5. COMPETÊNCIA.....	558
5.1. Competência internacional	558
5.2. Competência interna	559
6. O JUIZ.....	565
6.1. Poderes, deveres e responsabilidades	565
6.2 Impedimento e suspeição	566

7. AUXILIARES DA JUSTIÇA	567
8. ATOS PROCESSUAIS	569
8.1 Forma dos atos processuais	569
8.2 Tempo e lugar dos atos processuais.....	573
8.3 Prazos dos atos processuais	574
8.4 Comunicação dos atos processuais	577
8.5 Nulidades.....	583
8.6 Outros atos processuais	584
9. FORMAÇÃO DO PROCESSO	585
10. SUSPENSÃO DO PROCESSO	586
11. EXTINÇÃO DO PROCESSO	588
12. PROCEDIMENTO SUMÁRIO	589
13. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	591
13.1 Considerações iniciais.....	591
13.2 Petição inicial.....	592
13.3 Resposta do réu.....	593
13.4 Provas.....	595
13.5 Audiência.....	597
13.6 Da Liquidação e Cumprimento da Sentença	598
14. RECURSOS (ARTS. 496 A 565, CPC)	602
14.1 Princípios	603
14.2 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	603
14.3 Efeitos.....	606
14.4 Recursos em espécie	606
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	610
15.1 Procedimentos especiais	610
16. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS	612
16.1 Ações possessórias	612
16.2 Usucapião	613
16.3 Embargos de terceiro	614
16.4 Ação monitória	618
16.5 Ação de restauração de autos	621
16.6 Ação de nunciação de obra nova	626
16.7 Da ação de consignação em pagamento	629
17. PROCESSO DE EXECUÇÃO	633
18. TUTELA DE URGÊNCIA	643
18.1 Antecipação de Tutela	643
18.2 Processo Cautelar	644

1. TEORIA DA NORMA PENAL	657
1.1 Fontes do Direito Penal	657
1.2 Norma Penal e Lei Penal.....	659
1.3 Analogia.....	662
1.4 Princípio da Reserva Legal	663
1.5 Eficácia da Lei Penal	663
1.6 O conflito aparente de normas	670
1.7 Princípios modernos acolhidos pelo Direito Penal.....	673
2. TEORIA GERAL DO CRIME.....	679
2.1 Conceitos	679
2.2 Delito versus crime versus contravenção.....	679
2.3 Sujeitos do crime	679
2.4 Classificação dos crimes	680
2.5 Fato típico.....	682
3. ILICITUDE (ANTI JURICIDADE)	694
3.1 Conceito	694
3.2 Teoria do caráter indiciário da ilicitude. Injusto penal.....	695
3.3 Causas excludentes Da ilicitude	695
4. CULPABILIDADE	701
4.1 Conceito	701
4.2 Fundamentos.....	701
4.3 Elementos da culpabilidade	701
5. CONCURSO DE PESSOAS.....	706
5.1 Teorias sobre a natureza jurídica do concurso de pessoas	706
5.2 Requisitos	707
5.3 Autoria e participação	707
5.4 Concurso de pessoas em crimes culposos.....	710
5.5 Concurso de pessoas em crimes omissivos	710
5.6 Comunicabilidade das circunstâncias.....	710
6. PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	711
6.1 Teorias da pena	711
6.2 Pena privativa de liberdade.....	712
6.3 Pena de multa	713
6.4 Penas restritivas de direitos	714
6.5 Medidas de segurança.....	717
7. APLICAÇÃO DA PENA.....	720
7.1 Elementares e circunstâncias do delito.....	721
7.2 Aplicação da pena privativa de liberdade	721
7.3 Aplicação da pena de multa	730
7.4 Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	731
7.5 Substituição da pena privativa de liberdade	733
7.6 Suspensão condicional da pena privativa de liberdade (Sursis).....	736

8. CONCURSO DE CRIMES	738
8.1 Sistemas de aplicação da pena	739
8.2 Espécies de concurso de crimes	739
9. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	745
9.1 Efeitos secundários penais	745
9.2 Efeitos secundários extrapenais	745
9.3 Reabilitação	747
10. PUNIBILIDADE E CAUSAS EXTINTIVAS	748
10.1 Conceito	748
10.2 Causas de extinção da punibilidade	749
10.3 Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	752
10.4 Escusas absolutórias	753
11. PRESCRIÇÃO	753
11.1 Prescrição da pretensão punitiva abstrata	754
11.2 Prescrição da pretensão punitiva retroativa	758
11.3 Prescrição penal antecipada (projetada, virtual ou antevista).....	758
11.4 prescrição da pretensão punitiva intercorrente (superveniente ou subseqüente).....	759
11.5 Prescrição da pretensão executória	760
11.6 Prescrição da pena de multa	761
11.7 Prescrição das penas restritivas de direitos	762
11.8 Prescrição na lei de imprensa	762
12. EXECUÇÃO PENAL	763
12.1 Natureza jurídica da execução penal	763
12.2 Princípios da execução penal	763
12.3 Institutos da execução penal.....	765
12.4 Execução provisória.....	773
13. CRIMES EM ESPÉCIE	774
13.1 Dos crimes contra a pessoa.....	774
13.2 Dos crimes contra o patrimônio	785
13.3 Dos crimes contra a propriedade imaterial.....	794
13.4 Dos crimes contra a organização do trabalho	795
13.5 Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	796
13.6 Dos crimes contra a dignidade sexual	797
13.7 Dos crimes contra a família	800
13.8 Dos crimes contra a incolumidade pública.....	802
13.9 Dos crimes contra a paz pública	806
13.10 Dos crimes contra a fé pública	806
13.11 Dos crimes contra a administração pública.....	811

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	899
1.1 Lei processual no espaço – princípio da territorialidade	823
1.2 Lei processual no tempo – <i>tempus regit actum</i> ou princípio do efeito imediato	823

2. INQUÉRITO POLICIAL (I.P.)	824
2.1 Conceito / natureza jurídica / presidência / finalidade	824
2.2 Inquérito extrapoliciais	824
2.3 Competência X Atribuição	825
2.4 Características do I.P.	825
2.5 <i>Notitia Criminis</i>	825
2.6 Iniciativa e instauração do I.P.	828
2.7 Peças inaugurais do I.P.	828
2.8 Diligências do I.P.	829
2.9 Valores dos elementos colhidos no I.P.	830
2.10 Vícios do I.P.	830
2.11 Encerramento do I.P.	830
2.12 Arquivamento do I.P.	831
2.13 Investigação posterior ao encerramento do I.P.	831
3. AÇÃO PENAL	832
3.1 Conceito.	833
3.2 Fundamento constitucional	833
3.3 Características.	833
3.4 Natureza jurídica.	833
3.5 Espécies de Ação Penal	833
3.6 Princípios informadores da Ação Penal.	833
3.7 Titulares e peças iniciais.	835
3.8 Condições da Ação.	835
3.9 Pressupostos processuais.	836
3.10 Ação Penal Pública	836
3.11 Ação Penal Privada.	838
3.12 Denúncia e Queixa-Crime	841
4. AÇÃO CIVIL	842
4.1. A obrigação de indenizar	842
4.2 Responsabilidade civil	842
4.3 Reflexos penais	842
4.4 Natureza jurídica da sentença penal condenatória definitiva e a independência das instâncias	842
4.5 Situações que impedem a instauração da ação civil	842
4.6 Causas que não impedem a instauração da ação civil	844
4.7 Alternativas da vítima	844
4.8 Legitimados	844
4.9 Ação de execução da sentença penal condenatória (ação de execução ex delicto)	845
4.10 Objeto de indenização	845
4.11 Ação civil autônoma ex delicto (ação ordinária de indenização)	845
5. JURISDIÇÃO	846
5.1 Princípios	846
6. COMPETÊNCIA	847
6.1 Espécies de competência	847
6.2 Competência em razão do lugar da infração	848
6.3 Competência pelo domicílio ou residência do réu	849
6.4 Competência pela natureza da infração	849

6.5 Competência por distribuição e prevenção	850
6.6 Competência por conexão ou continência	850
6.7 Competência pela prerrogativa de função	852
6.8 Competência absoluta e relativa	854
6.9 Deslocamento de competência	854
6.10 Competência da Justiça Militar	854
7. SUJEITOS PROCESSUAIS	858
7.1 Juiz	858
7.2 Ministério Público	859
7.3 Querelante	860
7.4 Acusado	860
7.5 Curador	861
7.6 Defensor	861
7.7 Assistente de acusação	862
7.8 Auxiliares da justiça	862
8. ATOS PROCESSUAIS E PRAZOS	863
8.1 Citação	863
8.2 Intimação e notificação	865
8.3 Prazos	865
9. VÍCIOS PROCESSUAIS	866
9.1 Espécies de atos jurídicos viciados (classificação)	866
9.2 Princípios básicos das nulidades	867
9.3 Nulidades em espécie	868
10. TEORIA GERAL DA PROVA	870
10.1 Fatos que independem de prova	870
10.2 Classificação da prova	871
10.3 Provas ilícitas	872
10.4. Outras classificações	872
10.5 Ônus da prova	873
10.6 Prova emprestada	873
10.7 Sistemas de apreciação das provas	874
10.8. Provas em espécie	874
11. PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	884
11.1. Das medidas cautelares	884
11.2 Da prisão	886
11.3. Da prisão preventiva	896
11.4. Da prisão temporária – Lei n.º 7.960/89	897
11.5 Da prisão domiciliar	899
11.6 Da liberdade provisória	900
12. PROCEDIMENTOS	905
12.1 Procedimento ordinário	905
12.2 Rito sumário	909
12.3 Rito sumaríssimo – procedimento do juizado especial criminal das Leis 9.099/95 E 10.259/01	910
12.4 Procedimento do júri	913

13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	916
13.1 Crime de responsabilidade dos funcionários públicos.....	916
13.2 Procedimento da lei de imprensa	917
13.3 Procedimento da nova Lei antidrogas – lei 11.343/06	917
13.4 Procedimento dos crimes contra a honra.....	918
13.5 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	919
14. SENTENÇA PENAL	920
14.1 Requisitos da sentença	921
14.2 Efeitos da sentença	921
14.3 Princípio da correlação	922
14.4 <i>Emendatio libelli</i>	922
14.5 <i>Mutatio libelli</i>	923
15. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	924
15.1 Conceito	924
15.2 Pressupostos recursais.....	924
15.3 Classificação dos recursos.....	927
15.4 Juízo de admissibilidade ou prelibação.....	928
15.5 Efeitos dos recursos	928
15.6 Princípios recursais	929
15.7 Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	930
15.8 Recursos criminais em espécie	930
16. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	948
16.1 <i>Habeas corpus</i>	948
16.2 Mandado de segurança	951
16.3 Revisão criminal	953
17. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	955
17.1 Conceito	955
17.2 Questões prejudiciais.....	955
17.3 Exceções.....	957
17.4 Incompatibilidades e impedimentos	962
18. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	962
18.1 Previsão constitucional	962
18.2 Competência do JECrim	962
18.3 Hipóteses de afastamento da competência do JECrim.....	963
18.4 Princípios (critérios) orientadores do JECrim.....	964
18.5 Objetivos do JECrim (art. 62)	965
18.6 Dos institutos despenalizadores ou medidas descarcerizadoras.....	965
18.7 Da fase preliminar (arts. 69 A 76)	968
18.8 Do procedimento sumaríssimo - fase instrutória e decisória (arts. 77 A 81)	970
18.9 Dos atos processuais (arts. 63 A 68)	971
18.10 Do sistema recursal do JECrim	971
18.11 Representação para lesões (art. 88)	972

DIREITO DO TRABALHO

1. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	975
1.1 Conceito de fontes materiais e formais	975
1.2 Fontes formais	976
1.3 Hierarquia das fontes	979
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	980
2.1 Função dos princípios	980
2.2 Princípios do Direito do Trabalho	980
3. SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO: EMPREGADO E EMPREGADOR	984
3.1 Empregador	984
3.2 Empregado	988
3.3. Distinções relevantes	1002
4. DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS	1006
5. O CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	1012
5.1. Dos elementos e das características do contrato de trabalho	1013
5.2 Dos requisitos do contrato de trabalho	1014
5.3. Vigência do contrato de trabalho	1016
6. ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE TRABALHO	1017
7. DA SUSPENSÃO E DA INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1020
8. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1025
8.1. Extinção do contrato de trabalho por decisão do empregador	1025
8.2. Extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado	1030
8.3. Extinção do contrato de trabalho por mútuo consentimento (distrato)	1032
8.4. Extinção do contrato pelo desaparecimento de uma das partes	1032
8.5. Culpa recíproca	1033
8.6. Extinção do contrato a prazo em razão do advento do termo ou da condição	1033
8.7. Força maior	1034
8.8. Factum principis	1034
8.9. Prazos e formalidades legais para quitação do contrato de trabalho – art. 477 da CLT	1035
9. SEGURO-DESEMPREGO	1036
10. DO AVISO PRÉVIO	1037
11. ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	1042
12. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	1047
12.1 Princípios informadores do salário	1047
12.2 Definições importantes	1052

12.3 Parcelas decorrentes do contrato de trabalho e formas especiais de salário	1054
12.4. Adicionais salariais	1058
13. DURAÇÃO DO TRABALHO	1070
13.1 Classificação das jornadas	1070
13.2 Intervalos para descanso	1078
14. CONCEITO DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1087
15. PRINCÍPIOS DE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1091
15.1 A liberdade sindical	1092
15.2 A Autodeterminação das Vontades Coletivas	1093
15.3 Os Princípios de Direito Coletivo e o “Híbrido” Modelo Brasileiro	1094
16. ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL.....	1096
16.1 Enquadramento sindical: a noção de categoria	1096
16.2 As entidades sindicais.....	1098
16.3 Estrutura sindical brasileira	1101
16.4 Funções das entidades sindicais.....	1101
16.5 Administração das entidades sindicais.....	1107
16.6 Fontes de custeio das entidades sindicais.....	1108
16.7 Garantias sindicais.....	1110
17. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO	1112
17.1 Mediação e conciliação	1112
17.2 Arbitragem	1113
18. GREVE	1114
18.1 A greve no serviço público	1116
19. A NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1117
19.1 Classificação dos Instrumentos Normativos Negociados	1118
19.2 Convenções Coletivas de Trabalho.....	1121
19.3 Acordos Coletivos de Trabalho.....	1121
19.4 Interação entre os instrumentos normativos coletivos e as demais fontes de Direito do Trabalho	1122
20. O PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1124

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1129
2. DAS COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA (CCP)	1142
3. LEGITIMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO	1144
3.1 Da legitimação ordinária.....	1144
3.2 Da legitimação extraordinária	1146
3.3 Da intervenção de terceiros.....	1147

4. AÇÃO TRABALHISTA / RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	1159
4.1 Dos ritos processuais ou procedimentos	1161
5. DA FASE POSTULATÓRIA	1163
6. DA FASE CONTESTATÓRIA	1166
7. DA FASE PROBATÓRIA OU INSTRUTÓRIA	1169
8. DA FASE DECISÓRIA	1174
9. DOS RECURSOS	1176
9.1 Dos embargos de declaração	1178
9.2 Do recurso ordinário	1180
9.3 Do recurso de revista	1188
9.4 Do recurso de embargos	1193
9.4 Do recurso de agravo	1197
9.5 Do pedido de revisão do valor da causa	1204
9.6 Do recurso extraordinário	1205
10. DA EXECUÇÃO TRABALHISTA	1209
10.1 Fontes normativas	1209
10.2 Natureza jurídica	1209
10.3 Breve conceituação	1211
10.4 Objeto da execução	1212
10.5 Modalidades da execução	1213
10.6 Fases da execução	1214
11. DA FASE LIQUIDATÓRIA	1215
12. DA PENHORA (ATOS DE CONSTRIÇÃO)	1218
13. EXPROPRIAÇÃO (ATOS DE ALIENAÇÃO)	1220
14. CONCURSO DE CREDORES	1221
15. DA SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	1221
16. EXECUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1223
17. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1224
18. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	1225
19. DAS NULIDADES	1225
20. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO E PAGAMENTO	1227
21. AÇÃO DE CUMPRIMENTO	1229
22. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	1230

23. PROCEDIMENTOS CAUTELARES	1232
24. AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAIS DO TRABALHO	1238

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	1241
1.1 Estrutura	1241
1.2 Fontes	1241
1.3 Evolução histórica	1244
2. PRINCÍPIOS E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA	1244
2.1 Princípio da legalidade	1244
2.2 Princípio da anterioridade	1247
2.3 Princípio da isonomia	1249
2.4 Princípio da irretroatividade	1249
2.5 Princípio da capacidade contributiva	1250
2.6 Princípio da vedação do confisco	1250
2.7 Princípio da liberdade de tráfego	1251
2.8 Outras limitações ao poder de tributar	1251
3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE TRIBUTO	1252
3.1 Impostos	1253
3.2 Taxas	1255
3.3 Empréstimos compulsórios	1255
3.4 Contribuições de melhoria	1256
3.5 Das Contribuições especiais	1256
4. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA	1257
5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA	1259
5.1 Métodos de interpretação	1259
5.2 Métodos de integração	1259
6. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS + IMUNIDADES	1261
6.1. Imunidades	1261
6.2. Outras limitações ao poder de tributar	1264
6.3. Competência tributária	1265
7. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E SEUS SUJEITOS	1268
7.1 Fato gerador	1268
7.2 Classificações do fato gerador	1269
7.3 Norma antielisão	1269
7.4 Do sujeito ativo da obrigação tributária	1270
7.5 Condição suspensiva e resolutória	1270
7.6 Atividades ilícitas	1271
7.7 Sujeito passivo da obrigação tributária principal	1271
7.8 Sujeito passivo da obrigação tributária acessória	1272
7.9 Das convenções particulares e os efeitos tributários	1272
7.10 Da solidariedade no direito tributário	1272

7.11 Da capacidade tributária passiva.....	1273
7.12 Domicílio tributário	1273
7.13 Responsabilidade tributária	1273
8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1278
8.1 Constituição do crédito e lançamento tributário	1279
8.2 Modalidades de lançamento.....	1280
8.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	1281
8.4 Extinção do crédito tributário	1283
8.5 Exclusão do crédito tributário	1286
9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1287
9.1 Fiscalização.....	1287
9.2 Certidões administrativas.....	1289
10. INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	1290
11. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO FEDERAL.....	1291
11.1 Estrutura do processo administrativo federal.....	1292
12. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	1293
12.1. Execução fiscal.....	1293
12.2. Ação cautelar fiscal.....	1295
12.3. Ações de iniciativa do contribuinte	1295

DIREITO INTERNACIONAL

1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	1311
1.1 Origens e evolução histórica.....	1311
1.2 Conceito e objeto	1312
1.3 Fontes.....	1313
1.4 Tratados.....	1314
2. PERSONALIDADE INTERNACIONAL	1316
2.1 Capacidade de ação	1316
2.2 Classificação das pessoas internacionais.....	1316
2.3 Estados e organizações	1316
3. DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS DOS ESTADOS	1321
3.1 Direitos fundamentais dos Estados	1321
3.2 Deveres dos Estados.....	1322
3.3 Responsabilidade por danos	1323
4. NACIONALIDADE	1324
4.1 Imigração	1324
4.2 Nacionalidade brasileira	1324
4.3 Condição jurídica dos estrangeiros	1327
4.4 Deportação, expulsão, extradição, asilo	1329

5. O HOMEM NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O DIREITO PENAL INTERNACIONAL	1332
5.1 Crimes contra a humanidade	1332
5.2 Proteção dos direitos humanos, acordos e mecanismos	1333
5.3 Proteção do meio ambiente em nível internacional.	1339
6. SOLUÇÃO DE CONFLITOS - LITÍGIOS INTERNACIONAIS	1340
6.1 Arbitragem Internacional	1340
6.2 Corte internacional de justiça	1340
6.3 Sanções	1341
7. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL MARÍTIMO	1342
7.1 Mar, águas interiores, mar territorial, zona contígua e zona econômica	1342
7.2 Plataforma continental	1346
7.3 Alto-mar	1346
7.4 Rios internacionais	1346
8. DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	1346
8.1 Princípios do comércio internacional, GATT e a OMC	1346
8.2 Solução de litígios econômicos.....	1348
8.3 Dupla tributação	1349
9. OS GRANDES PACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS	1350
9.1 Integração econômica internacional.....	1350
9.2 MERCOSUL	1350
9.3 União Europeia.....	1415
9.4 NAFTA	1342
9.5 ALCA.	1353
10. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	1354
10.1 Conceito e objeto	1354
10.2 Origens e evolução histórica	1354
10.3 Fontes	1355
11. CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	1356
11.1 Noções	1356
11.2 Elementos de estraneidade	1356
11.3 Elementos de conexão	1356
11.4 Relação típica e atípica	1360
11.5 Carta rogatória e homologação de sentença estrangeira	1360
11.6 Teoria das qualificações	1360
12. PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL	1356
12.1 Aplicação da lei estrangeira	1361
12.2 Competência internacional do Brasil	1361
12.3 Competência concorrente	1361
12.4 Competência absoluta	1362
12.5 Homologação de sentenças estrangeiras e <i>exequatur</i>	1363

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS	1367
1.1 Introdução: Visão geral sobre o Código de Defesa do Consumidor	1367
1.2 Natureza jurídica das normas do CDC:	1367
1.3 Âmbito de aplicação do CDC: a relação jurídica de consumo	1368
1.4 Conceito de consumidor	1368
1.5 Conceito de Fornecedor	1369
1.6 Conceito de Produto e de Serviço	1370
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR	1371
2.1 Princípios	1371
2.2 Direitos básicos	1375
3. A RESPONSABILIDADE PELO FATO E PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO	1378
3.1 O regime jurídico da responsabilidade pelo fato do produto ou pelo acidente de consumo	1379
3.2 Regime jurídico da responsabilidade por vícios de qualidade ou quantidade do produto e do serviço	1387
3.3 Garantia contratual	1393
3.4 Desconsideração da pessoa jurídica.....	1393
4. PRÁTICAS COMERCIAIS	1394
4.1 A oferta.....	1394
4.2 A publicidade.....	1396
4.3 Práticas comerciais abusivas	1399
4.4 Cobrança de dívidas	1401
4.5 Bancos de dados e cadastros de consumidores	1402
5. PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR	1402
5.1 Fase pré-contratual	1403
5.2 Deveres do fornecedor para a formação do contrato.....	1403
5.3 Regras interpretativas	1405
5.4 Direito de arrependimento do Consumidor	1405
5.5 Cláusulas abusivas	1406
5.6 Contratos de adesão.....	1409
6. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1410
6.1 A Defesa Coletiva do Consumidor	1411

DIREITO AMBIENTAL

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1419
2. PRINCÍPIOS AMBIENTAIS	1419
2.1 Princípio do desenvolvimento sustentável	1419
2.2 Princípio da Precaução	1420
2.3 Princípio da Prevenção	1420
2.4 Princípio do Poluidor-Pagador (PPP)	1420
2.5 Princípio da Participação Comunitária	1421
2.6 Princípio da Integração.....	1421

2.7 Princípio da Função Sócio – Ambiental da Propriedade.....	1421
2.8 Princípio da Cooperação.....	1422
3. CLASSIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1423
3.1 Meio Ambiente Natural.....	1423
3.2 Meio Ambiente Artificial	1423
3.3 Meio Ambiente Cultural	1424
3.4 Meio Ambiente do Trabalho	1424
4. CONCEITO DE MEIO AMBIENTE	1425
5. MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	1426
6. DANO AMBIENTAL.....	1427
7. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS	1428
8. DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	1431
8.1 Zoneamento Ambiental.....	1431
8.2 Licenciamento Ambiental.....	1432
9. ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	1438
9.1 Áreas de preservação permanente	1438
9.2 Reserva Legal.....	1441
9.3 Unidades de Conservação	1443
10. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	1449
11. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL	1450

DIREITO EMPRESARIAL

1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL.....	1459
1.1 Conceito e características do Direito Empresarial	1459
1.2 Objeto do Direito Empresarial (dos atos de comércio aos atos de empresa)	1459
1.3 Conceito de empresário	1461
1.4 Qualificação do empresário	1462
1.5 Capacidade para o exercício da atividade empresarial	1462
1.6 O empresário incapaz	1463
2. REGISTRO DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO	1464
2.1 Noções gerais	1464
2.2 Registro da Empresa e do Empresário	1464
2.3 Atos de registro de empresa	1466
2.4 Inatividade da empresa mercantil	1466
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL OU FUNDO DE COMÉRCIO.....	1467
3.1 Noções gerais sobre o estabelecimento empresarial	1467
3.2 Ponto empresarial	1469
3.3 Nome empresarial	1470
3.4 Obrigações comuns a todos os empresários.....	1470

3.5 Empresa individual de responsabilidade limitada	1473
3.6 Da propriedade industrial	1474
4. DIREITO SOCIETÁRIO	1475
4.1 Teoria Geral do Direito Societário	1475
4.2 Classificação das sociedades empresárias.....	1479
4.3 Espécies de sociedades empresárias.....	1482
5. CONTRATOS MERCANTIS	1504
5.1 Contrato de Franchising ou Franquia Empresarial	1504
5.2 Contrato de Leasing ou Arrendamento mercantil	1507
5.3 Contrato de Factoring, Faturização ou Fomento mercantil	1508
6. TÍTULOS DE CRÉDITO	1509
6.1 Letra de câmbio	1511
6.2 Nota promissória	1517
6.3 Duplicata Mercantil.....	1517
6.4 Cheque	1519
7. DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE EMPRESAS (LEI N.º 11101/2005)	1522
7.1 Procedimentos na falência	1525
7.2 Recuperação econômica de empresas	1532
7.3 Regras de transição da atual legislação falimentar	1540

ÉTICA PROFISSIONAL

1. DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA.....	1543
2. DIREITOS DO ADVOGADO	1551
3. DA INSCRIÇÃO NA OAB	1560
4. A SOCIEDADE DE ADVOGADOS	1565
5. DO ADVOGADO EMPREGADO.....	1568
6. HONORÁRIOS	1570
7. INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS NA ADVOCACIA	1575
8. DA ÉTICA NA ADVOCACIA	1577
9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES	1581
9.1 Sanções disciplinares.....	1587
10. A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	1593
10.1 O Conselho Federal	1596
10.2 O Conselho Seccional	1598
10.3 Subseção.....	1599
10.4 A caixa de assistência dos advogados	1600
10.5 Das eleições e dos mandatos	1601
10.6 O processo na OAB.....	1602
10.7 Tribunal de Ética e Disciplina.....	1605
10.8 O processo disciplinar	1606

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA	1609
-----------	------

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS	1623
1.1 Da relação dos direitos humanos com a teoria das dimensões de direito	1626
1.2 Da primeira dimensão de direitos – os direitos civis e políticos	1626
1.3 Da segunda dimensão de direitos – os direitos econômicos, sociais e culturais	1627
1.4 Da terceira dimensão de direitos – uma nova ordem internacional	1628
1.5 Da quarta dimensão de direitos – uma nova era na tecnologia genética e comunicacional	1628
1.6 Das outras dimensões que envolvem os direitos humanos a partir da declaração universal de 1948	1629
1.7 Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos policiais	1638

FILOSOFIA DO DIREITO

FILOSOFIA DO DIREITO	1645
1.1 Das origens da filosofia em torno do homem e da sua relação com o outro	1645
1.2 Sócrates (470-399 A.C.)	1646
1.3 As leis para Sócrates	1647
1.4 Platão (427-347 A.C.)	1648
1.5 Platão e a Justiça	1649
1.6 Aristóteles (384-322 A.C.)	1650
1.7 A filosofia do direito – o tema da Justiça	1651
1.8. Por um conceito de Justiça	1653
1.9. Um sentido mais abrangente da ideia de Justiça	1659
1. 10. Um significado lato de justiça	1659
1.11. Um significado estrito de Justiça	1660
1.12 Quanto aos tipos de Justiça	1663
1.13. Quanto a Justiça social	1663
1.13. Quanto a Justiça social	1664
1.15. Quanto a Justiça comutativa	1666
1.16. Quanto a Justiça universal	1669
1.17. Quanto a Justiça formal	1669
1.18. O princípio da equidade enquanto princípio importante para a filosofia do direito	1671
1.19. Quanto aos elementos do direito, da moral e da ética	1675
1.20. O direito, a moral e a ética sob a ótica do positivismo	1680
1.21. Quanto ao tema da interpretação do direito	1682
1.22 Um breve olhar sobre a hermenêutica filosófica	1687
1.23 Um estudo de caso: o contrato em J. Rawls e do contraponto de Habermas.	1701
Questões de filosofia do direito comentadas	1709